

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil quer taxaço a múltis superior a 15% e partilha melhor 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo rejeita taxa digital por temer retaliação dos EUA 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Exportadores vão à Justiça para manter benefício fiscal 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Precatórios: manipulação contábil e calote (Artigo) 7

A GAZETA - MT - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Isonções inflam deficit em R\$ 5 bi 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Quando a corrupção mata (Artigo) 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo quer reforma administrativa aprovada neste ano 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Supremo julgará contratação de servidores por CLT 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsa acende o sinal de alerta 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Risco fiscal com a PEC 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Situação fiscal e eleição antecipada afastam estrangeiros de privatizações 18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Rumo a 2022, MBL quer Janaina fora do PSL - COLUNA DO ESTADÃO 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Piora o cenário para o crescimento e a inflação - SERGIO LAMUCCI 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Orçamento pode prever déficit primário de R\$ 70 bi em 2022 25

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O fim do ciclo de reformas (Artigo) 26

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Escolha de Sofia" é evitável, diz Meirelles 27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quadro político conspira contra economia, diz Kawall 28

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores de todo o país se reúnem nesta segunda para debater defesa da democracia
..... 29

O GLOBO - ON LINE - RJ - LAURO JARDIM
REFORMA TRIBUTÁRIA

Paulo Guedes e a reforma tributária do Senado 30

VALOR ONLINE - BOLSAS E ÍNDICES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercados repercutem nova ofensiva de Bolsonaro contra STF e, lá fora, tentam se recuperar
..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Investimento social é falho em cidades 'das commodities' 32

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Acordo para IVA está próximo, diz Padilha 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação brasileira já é uma das mais altas do mundo - MERCADO S/A 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

STF mantém foco criminal contra Bolsonaro, e Câmara busca se afastar de crise 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

Bolsonaro faz mais e mais "barulho" e a inflação dispara - TODA MÍDIA 38

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

'É o que temos para hoje' (Editorial) 40

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Dez partidos divulgam notas em apoio a Moraes e a Barroso 41

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

No mínimo, R\$4 bi 42

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Pedido de impeachment pode afetar reformas 43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Brasil lidera recuperação da atividade na América Latina 44

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Crise prolongada reduz doações de pessoas físicas 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
POLÍTICA

Reforma política - MARCUS ANDRÉ MELO 46

Brasil quer taxaço a múltis superior a 15% e partilha melhor

Assis Moreira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Governo rejeita taxa digital por temer retaliação dos EUA

Assis Moreira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Exportadores vão à Justiça para manter benefício fiscal

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Precatórios: manipulação contábil e calote (Artigo)

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ

Nunca gostei da expressão contabilidade criativa, muito em voga no governo Dilma, para apelidar a maquiagem na evolução da Dívida Líquida do Setor Público, mediante empréstimos concedidos pelo Tesouro aos bancos estatais, principalmente ao BNDES. Ser criativo é distinguir-se pela capacidade intelectual para criar e inovar, certamente o oposto do que havia na equipe econômica de então. Melhor seria chamar de contabilidade manipulada. Manipular, segundo o Dicionário Houaiss, é provocar alteração, tornar falso, adulterar.

É também o que Paulo Guedes pretende fazer com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/21, que trata dos precatórios. Agora, além da manipulação contábil, há a agravante de, unilateralmente, postergar por até 9 anos o vencimento de uma dívida do Tesouro Nacional, reconhecida e transitada em julgado. O nome disso pode ser moratória, inadimplência ou calote.

Deixo aos credores a escolha do termo mais apropriado.

Criar um fundo, cujo único quotista é a União, para registrar passivos do governo e vincular receitas futuras (e incertas) não passa de manipulação contábil. Vejam a semelhança com a situação de uma empresa em que a conta Títulos a Pagar estivesse crescendo muito e preocupando os credores.

Chamado a resolver a questão, o contador daria a seguinte fórmula mágica: muda-se a classificação contábil, de Títulos a Pagar para, digamos, Outras Obrigações.

E é isso que a PEC quer fazer. As dívidas em precatórios, que passariam a ser escrituradas no tal Fundo de Liquidação dos Passivos da União, são um passivo do setor público, exatamente igual ao representado pelos títulos da dívida mobiliária emitidos pelo Tesouro Nacional. Mais transparente e sério seria honrar esses compromissos tempestivamente e emitir títulos da dívida mobiliária para financiar o desembolso. Claro, os credores não são tolos e não se deixarão enganar pelo contador. Aumentarão o prêmio de risco para financiar o governo.

Além disso, Guedes não quis deixar dúvidas sobre o calote: "Devo, não nego, pago quando eu puder".

Nossa **legislação tributária** é complexa e geradora de contenciosos. Antes da reforma de 2019, o mesmo ocorria com a **previdência social**. A gestão de contratos de obras, serviços e compras governamentais também é ineficiente e provoca muitas demandas contra o setor público. Aí está a fábrica de precatórios. Para reduzir a produção dessa danosa indústria são necessárias medidas estruturais, como a simplificação tributária e a melhora da qualidade da administração pública.

O montante do passivo contingente decorrente dessas demandas judiciais é oficialmente estimado pelo próprio Ministério da Economia, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), daí causar estranheza a expressão do ministro de que havia sido atingido por um meteoro. Nos anexos da LDO/2022 consta a estimativa de que as perdas classificadas como prováveis, quando os processos que estavam em tramitação no final de 2020 forem julgados definitivamente, com decisões contrárias à União, alcançarão o montante de R\$ 702 bilhões, em cinco anos. Já as perdas com as derrotas possíveis, mas não prováveis, chegariam à escabrosa cifra de R\$ 1,3 trilhão, também em cinco anos.

Por certo, o crescimento dos compromissos com o pagamento de precatórios não se molda à regra do teto.

Uma proposta bem simples seria estabelecer, por emenda constitucional, que estaria fora do teto o valor dos precatórios que excedesse o montante de 2020, atualizado pelo mesmo indexador que corrige o mencionado teto.

Adicionalmente, é necessário reduzir o percentual de 95% da relação despesas obrigatórias/despesas primárias, estabelecido na PEC emergencial, para tornar o acionamento dos gatilhos automáticos de contenção dos gastos públicos realidade antes da eclosão de nova crise fiscal. Só não vale manipulação contábil e calote.

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ, ECONOMISTA,
DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES,
FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL,

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL E
CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA

Site: <http://digital.estado.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Isenções inflam deficit em R\$ 5 bi

Janaiara Soares

A última alteração aprovada pela Assembleia Legislativa, que aumentou o índice de isenção previdenciária, acarretou na elevação em R\$ 5 bilhões no deficit da previdência estadual. Sem perspectivas de novas mudanças no sistema de pensões e aposentadorias, o Mato Grosso Previdência (MT Prev) prepara agora um Plano de Custeio para os próximos 35 anos para realizar a compensação das perdas previdenciárias de quase R\$ 30 bilhões.

Depois de feita a mudança na legislação, um novo cálculo foi realizado para apurar o 'rombo' remanescente, chamado de déficit atuarial, que inclui todas as receitas e despesas projetadas para os próximos 75 anos. A partir deste cálculo, o governo identifica quanto falta de recurso, que no caso de Mato Grosso saiu de R\$ 25 bilhões e subiu para R\$ 30 bilhões com as isenções aprovadas recentemente para parte dos inativos. O plano de custeio elaborado pela MT Prev vai apontar a maneira de se chegar ao equilíbrio atuarial.

O plano vai ser apresentado no Conselho da Previdência e, após aprovado um projeto de lei, é elaborado para ser aprovado na Assembleia Legislativa. A legislação permite que o deficit seja pago em 25 anos.

Sobe e desce de projeções Em março de 2019, o Estado fez um levantamento que apontou um deficit atuarial de R\$ 57 bilhões. A maior parte vem do executivo, no volume de R\$ 50 bilhões, os demais R\$ 7 bilhões são o resultado da soma do prejuízo previdenciário previsto dos demais poderes.

Em fevereiro de 2020, o governo realizou a reforma na previdência e implantou o aumento da alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14%, seguindo os moldes da reforma nacional, o que diminuiu o deficit. " Não existe almoço de graça. Quando a gente dá algum aumento, dá algum benefício, isso gera prejuízo, e o deficit vai sair dos **impostos**", explica o governador.

Novas isenções Este mês os deputados aprovaram uma nova mudança na previdência estadual. A proposta que virou lei determinou isenção de contribuição previdenciária dos inativos que recebem até R\$ 3,3 mil. Já os ex-servidores que ganham até R\$ 9 mil terão um desconto de 14% de contribuição para a previdência que será cobrada sobre o valor de R\$

5,7 mil remanescente. Os servidores com doenças incapacitantes terão isenção da alíquota previdenciária para quem ganha até o teto do **INSS**, que é R\$ 6,4 mil.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10639>

Quando a corrupção mata (Artigo)

» FÁTIMA SOUSA

A ação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF) ocorrida nesta semana, é o reflexo de mais um ato insano do Governo em privatizar o Sistema Único de Saúde (SUS) no DF em plena luz do dia e com requintes de perversidade para com a população que o elegeu. E mais grave, sob os olhos vendados da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

A operação, que determinou a evacuação do terceiro andar do edifício, onde está localizada a presidência do Instituto, tinha como objetivo obter documentos e arquivos que seriam provas de desvio de recursos e contratação superfaturada de leitos de UTI para o atendimento da covid-19. As contratadas são as empresas Domed e Oati, que deveriam ofertar além de leitos, insumos e equipamentos necessários para os cuidados intensivos dos pacientes com covid. As empresas também eram responsáveis pela contratação de mão de obra qualificada. Fatos dessa natureza já não nos surpreendem, afinal, as buscas e apreensões tornaram-se rotineiras neste governo, que já teve muitos dos seus dirigentes com prisões decretadas. Mais que abuso de poder do Executivo local, trata-se de uma afronta aos cofres públicos, pois representa a falta de compromisso do governador, que criticou durante a campanha de 2018, o modelo do Instituto Hospital de Base, com argumentos de falta de transparência, compras malfeitas, gastos elevados, altos salários do corpo dirigente, contratações temporárias, regime precário e comissionamentos irregulares. O que mudou dos argumentos do passado para as práticas do presente?

Qual seria a saída para tamanha crise que coloca em risco a saúde e a vida de milhares de pessoas? Não é apenas reagir aos fatos sempre de caráter urgente, no apagar das luzes, mas sim mostrar à população que esse Governo não tem compromisso com o SUS, não sabe sequer seu valor, logo, não governa, desmantela a Secretaria de Saúde, e, junto com ela, o fim agonizante do SUS.

Também representa o esvaziamento de uma Secretaria que tem por missão organizar Redes Integradas de Serviços regionalizados, hierarquizados, descentralizados, e sob controle dos seus usuários; bem como o não investimento nos **servidores públicos** que, há décadas, vem dedicando suas vidas para transformar a SES-DF em uma instituição capaz

de ofertar ações e serviços de saúde com qualidade para cuidar, de forma humanizada e acolhedora, da saúde integral das mulheres, crianças, jovens e adolescentes, adultos, trabalhadores nos mais diferentes agravos, desde a prevenção, promoção, tratamento e reabilitação.

E, mais, representa o claro posicionamento do governo que não preza pelos valores da democracia e pelos direitos de cidadania. Pensa que ser governador é ser dono do patrimônio do povo do DF e assim poder leiloar os bens da saúde ao bel prazer. Triste como nosso Executivo não entende de saúde e ainda é mal assessorado. Prova disso são os posicionamentos abertos às políticas de privatização do SUS, que vão desde os hospitais às Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), transformando-se em garoto-propaganda e incentivador do desenvolvimento do mercado da saúde na capital da República. Esses males já conhecemos. Se não agirmos, seremos portadores de tantos outros vírus que vem desnudando as crises mais desumanas no DF, fruto de capitalismo perverso e desmedido em sua sede de enriquecimento às custas das dores e mortes da nossa gente.

É urgente que não percamos nenhuma oportunidade para reversão desse quadro, sendo ousados, criativos e comprometidos com um outro modelo de Estado: firme, presente, responsável e cuidador das expectativas, sonhos e esperanças de cada indivíduo, família e comunidade. Só assim evitaremos que o SUS entre de vez na cavalaria da privatização.

O governador precisa explicar à população para onde foram os repasses de recursos federais, por que deixou perder a validade dos insumos vindos da China, o porquê de não ter se consorciado a outros governadores na busca ativa por vacina, pela falta de informação transparente e segura à população quanto ao cumprimento das medidas sanitárias, porque não multa as autoridades federais que circulam pela cidade descumprindo os protocolos de segurança e seus decretos e, mais grave, por que colocou os parlamentares de sua base de apoio na CLDF para impedirem a instalação da CPI da Covid. Se não sabia gerir os bens públicos, por que fez falsas promessas ao povo já sofrido pelos descasos históricos da implantação do SUS no DF?

Mestre e doutora em ciências da saúde pela Universidade de Brasília (UnB), graduada em enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba

UFPB) e professora Associada do Departamento de Saúde Coletiva, da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB

Governo quer reforma administrativa aprovada neste ano

Lu Aiko Otta, Edna Simão, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Supremo julgará contratação de servidores por CLT

Luísa Martins

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Bolsa acende o sinal de alerta



Fernanda Fernandes

O mercado financeiro de investimentos tem operado com cautela frente aos resultados negativos no mercado externo e aos ruídos sobre riscos políticos e fiscais em Brasília. Apesar de ter fechado a última semana em alta de 0,76%, a 118.052 pontos, o Ibovespa encerrou com perda acumulada de 2,5%. O volume financeiro de R\$ 21,93 bilhões nas ações do índice demonstra estabilidade, mas o recuo na variação, que voltou ao percentual registrado há quatro meses, reflete a preocupação dos investidores.

Eduardo Voglino, analista de ações credenciado à Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), explica que, acima de qualquer preocupação, as quedas no cenário financeiro podem ser encaradas pelos investidores como oportunidades. "Em momentos de queda é justamente quando surgem oportunidades extraordinárias, que não duram muito tempo. Basta lembrar o que aconteceu na chegada do coronavírus, em março de 2020. Excelentes empresas negociavam a preços descontadíssimos. Para se ter uma ideia, as BDRs do Google (GOOG34) negociavam a R\$ 36. Hoje, as mesmas BDRs negociam a R\$ 95", exemplifica.

Até 7 de junho, o Ibovespa acumulava ganhos de 9,88% em 2021, com recorde histórico de 130.776 pontos. O principal propulsor para o aumento foi o crescimento do **PIB** no primeiro trimestre, muito acima das expectativas. Com a queda de aproximadamente 9% nas últimas semanas, o índice volta para o patamar registrado em maio deste ano.

Para Voglino, a melhor opção para quem tem investimento em ações, nesse momento, é aguentar a pressão e permanecer com os papéis na carteira, mesmo negativos, em troca de obter lucro no longo prazo. "As turbulências são uma característica intrínseca à bolsa. Essa queda é de origem macroeconômica, e tomar decisões de investimento com base em previsões macroeconômicas aumenta as chances de perder muito dinheiro", alerta.

Ida para a fixa

Com o movimento de elevação dos juros no Brasil, o economista Adriano Rondelli, da Valor Investimentos, explica que a tendência é que os investidores, pelo menos iniciantes, saiam da renda variável para a fixa. "No ano passado, com os juros em baixa, observamos uma migração da bolsa para renda fixa, agora isso reverteu. O investidor iniciante tende a alocar em renda fixa e as carteiras de investimentos de todo o mundo voltam a ter percentual significativo de parcelas de renda fixa", explica Rondelli.

José Lúcio Nascimento, diretor de produtos do BTG Pactual, explica que outro ponto importante para os investidores, em momentos de turbulência no mercado financeiro, é a diversificação da carteira de investimentos em ativos. "Quanto mais diversificada a carteira, melhor. Com posições nos mais diversos ativos e de acordo com o nível de propensão ao risco, o investidor pode entender se terá mais percentual em renda fixa ou em renda variável, se deve investir em ativos ou colocar em fundos", explica.

Segundo Nascimento, o cenário de incertezas no mercado financeiro, especialmente no Brasil, é generalizado; natural, devido ao processo de normalização dos juros; e pontual. "Seja na bolsa, em títulos do tesouro ou de fundos da previdência, é generalizado. A gente está subindo juros e é natural (a instabilidade) devido a normalização desses juros. Em 2022, a **inflação** tende a voltar ao normal", ressalta.

Até o ano passado, a Taxa Básica de Juros, a Selic,

fechava em 2%. Após vários reajustes do Comitê de Política Monetária (Copom), hoje está em 5,25% e a expectativa de especialistas é de que os juros cheguem entre 7,5% e 8% em 2021. Para o diretor do BTG, o aumento dos juros e o retorno normal das atividades econômicas devido ao avanço das campanhas de vacinação, resolverão a questão do "descasamento" de oferta e demanda, que também tem inchado a **inflação**. A normalização de preços de commodities também deverá amenizar, segundo ele, os problemas enfrentados na cadeia produtiva de vários setores do país.

"Está todo mundo demandando ao mesmo tempo, enquanto a oferta das coisas não consegue acompanhar", diz Nascimento. Para o diretor do BTG, o atual cenário gera uma tendência de migração para investimentos em renda fixa. "A posição da renda fixa estará mais alta do que nos últimos 12 meses", afirma Nascimento.

Ainda segundo o economista, o Brasil tem sentido mais o peso da **inflação**, por ser mais fechado comercialmente. "A gente acaba sendo mais afetado por essa quebra de cadeia produtiva lá fora, que desequilibra a oferta e a demanda, e acarreta em mais **inflação** de alimentos e de várias commodities agrícolas e metálicas, por exemplo", diz Nascimento.

Reforma tributária

Especialistas do mercado financeiro apontam que, além do cenário macroeconômico, os ruídos domésticos sobre riscos políticos e fiscais no país também têm colocado o mercado brasileiro em baixa. A dificuldade para aprovação da **reforma tributária** e o "flerte" do governo com o rompimento do teto de gastos para bancar programas sociais são alguns dos fatores que têm preocupado o cenário externo. "A razão para esse cenário não é única, mas a primeira é o risco fiscal", diz o economista Rondelli.

Na última quinta, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que "ruídos envolvendo questões domésticas" têm jogado para baixo as expectativas das projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), para 2022. Ele admitiu que o aumento persistente da **inflação** surpreendeu, e afirmou que a questão tem sido acompanhada pelo BC.

A afirmação de Campos Neto demonstra o esforço do BC para "apagar o incêndio" enquanto o governo tenta manter aceso, segundo José Nascimento. "Acho válida a discussão sobre novos programas propostos, desde que caiba no orçamento, e esteja dentro do teto", referia-se ao novo Bolsa Família, previsto para outubro. O secretário especial do Tesouro e

Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, informou, na semana passada, que o plano do governo de reajustar 50% no benefício ou aumentar o número de beneficiados para 17 milhões, custará entre R\$ 26 bilhões a R\$ 28 bilhões a mais em 2022.

Além das questões políticas e fiscais, a má imagem do país com relação às questões ambientais pode ser o maior desafio para a nação, nesse momento, segundo Herbert Steinberg, fundador da Mesa Corporate Governance. Ele explica que, ao mesmo tempo que existe liquidez de sobra para os países investirem, existe uma movimentação de retaliação mundial com o Brasil.

"Lá fora está sobrando dinheiro, (os países) não têm onde investir, e não querem e não podem investir no Brasil, por conta da questão ambiental. Em Londres, Nova York, centros secundários da Europa e da Ásia, o país está de mal a pior e sofre discriminação, não só devido às ambiguidades no cenário político e à percepção de risco, mas a essa imagem, seja verdadeira ou não, de que não observa os temas sobre meio ambiente", explica Herbert, que já foi consultor de gigantes como Santander, Citibank e McDonald's.

Panorama

Confira dados sobre o desempenho da bolsa nos últimos anos

Retorno do Ibovespa na última década (% no acumulado em cada ano) 2010 1,04 2011 -18,11 2012 7,42 2013 -15,52 2014 -2,91 2015 -13,31 2016 38,94 2017 26,82 2018 15 2019 31,58 2020 2,92 2021 -0,94* Até 17/08/2021 Fonte: B3 Ranking de maior retorno das ações do Ibovespa no ano Cia Hering ON: 124,79% Braskem PNA: 122,74% Embraer ON: 105,20% Banco Inter UNT: 89,03% JBSON: 35,46% Marfrig ON: 33,95% CSN ON: 31,48% Usiminas PNA: 30,90% Vale ON: 30,38% Taesa UNT N2: 28,89% Volume de negociações do Ibovespa em 2021 Giro financeiro médio diário, entre compras e vendas em R\$ bilhões Janeiro 24 Fevereiro 26 Março 27 Abril 22 Maio 23 Junho 24 Julho 20 Agosto 23

Risco fiscal com a PEC



ROSANA HESSEL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vem insistindo no discurso de que não há alternativas para o Orçamento de 2022 sem aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que propõe adiamento no pagamento dos precatórios - dívidas judiciais da União - e ainda alega que a medida visa preservar o teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesas à **inflação** do ano anterior. Contudo, cresce o número de especialistas que criticam a medida e afirmam que ela é inconstitucional, proporciona insegurança jurídica e ameaça a regra do teto para criar espaço para despesas eleitoreiras do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo eles, além de burlar a regra do teto, a PEC 23/2021 - que vem sendo chamada de PEC das pedaladas - aumenta os riscos fiscais, porque o governo quer evitar acionar os gatilhos de corte de gastos previstos na regra do teto no caso de descumprimento, como congelamento de salários e proibição de concursos, e, de quebra, busca desculpas para arrumar espaço para gastos correntes sem uma previsão clara de receita sobre as despesas, como é o caso do novo Bolsa Família. O presidente, inclusive, vem prometendo reajuste para os servidores civis no ano que vem, em pleno ano eleitoral, já que, na pandemia, apenas os militares foram agraciados com reajustes e aqueles que estão na reserva e exercem algum cargo no Executivo ganharam um teto duplex, na contramão de qualquer princípio de austeridade fiscal.

O teto de gastos é a única âncora fiscal no momento e, para piorar, essa PEC tem um jabuti que flexibiliza a regra de ouro -, que proíbe o governo de emitir títulos da dívida pública para cobrir despesas correntes -, como salários e aposentadorias, sem o aval prévio do

Congresso. Guedes insiste em minimizar os problemas dessa PEC e afirmar que ela visa preservar o teto de gastos.

De acordo com o ministro, o adiamento no pagamento de precatórios é necessário porque um "meteoro" de R\$ 89,1 bilhões caiu sobre a cabeça dele e da equipe econômica para serem pagos em 2022. Nos últimos dias, Guedes chegou até a ameaçar que, sem essa PEC, vai faltar dinheiro para tudo, "até para pagar os salários dos servidores", em um claro sinal de desespero e falta de argumentos. Mas, segundo especialistas, essa ameaça não pode ser levada a sério porque não se pode condicionar o pagamento de uma despesa obrigatória a outra, e, além disso, esse aumento expressivo das sentenças poderia sim ter sido evitado se houvesse uma boa gestão orçamentária, o que parece que não ocorreu. Não à toa, o pessimismo no mercado está aumentando e as projeções para 2022 só pioram.

"Bola de neve"

Alertas foram dados mas não foram ouvidos, de acordo com o presidente da Comissão Especial de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eduardo Gouvêa. Segundo ele, o governo quer transmitir para a sociedade uma fatura que poderá virar uma bola de neve sem fim. Pelos cálculos de Gouvêa, se os R\$ 89,1 bilhões não forem pagos integralmente no ano que vem, em 10 anos, esse montante poderá chegar a R\$ 1 trilhão, considerando o acúmulo de multas e juros no período com a rolagem, virando uma enorme bola de neve. "Essa PEC é inconstitucional, apresenta mais de 20 problemas no texto e ainda vai criar uma dívida impagável", alerta.

Analistas reconhecem que o novo Bolsa Família é uma prioridade, mas os argumentos do governo para defender a PEC dos precatórios como uma espécie de moeda de troca para o novo benefício geram ainda mais desconfiança no mercado. Além disso, o governo não define quais as receitas recorrentes que vão custear essas novas despesas, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e tenta fugir da necessidade de aplicar os gatilhos para cumprir o teto, último fio de credibilidade no controle das contas públicas, apesar de ter alguns defeitos.

"A PEC dos precatórios é uma resposta mal formulada a um falso problema. Vamos nos entender: romper o teto na presença de gastos elevados não deveria

requerer PEC. Deveria, simplesmente, levar ao acionamento dos gatilhos. Mas nada disso interessa. A PEC dos precatórios é imposta como tudo ou nada. Quem é contra, dizem, não seria a favor do gasto social. A desfaçatez é assombrosa. Sabemos quem relutou em pagar auxílio social em meio à crise pandêmica", escreve Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, nas redes sociais. Em um relatório recente sobre a PEC, a entidade alerta para os riscos de burla ao teto e ainda destaca que a transparência das contas públicas deverá diminuir com essa medida.

Leonardo Cezar Ribeiro, especialista em contas públicas e economista do Senado Federal, lembra que o cenário econômico vem sendo contaminado pelas incertezas com relação aos impactos fiscais das medidas apresentadas pelo governo, como essa PEC polêmica, que tende a afrouxar as regras fiscais. "**A reforma tributária** virou uma colcha de retalhos que pode agravar o desequilíbrio das contas públicas. A PEC dos precatórios é uma proposta invertebrada que só tem um objetivo: relaxar os instrumentos de controle das contas públicas. A própria equipe econômica se mostra insegura com o texto apresentado", afirma. Segundo ele, a medida é uma tentativa de constitucionalizar manobras fiscais que contornam regras fiscais e geram resultados fictícios nas contas públicas. "A PEC dos precatórios tira despesas do teto e ainda parcela precatórios, que pode ser entendido como uma espécie de calote para postergação de despesas que tornaram o resultado fiscal mais deficitário no presente. Além disso, há medidas acessórias na PEC que enfraquecem a regra de ouro e a lei de responsabilidade fiscal", alerta.

Leia mais no Blog do Vicente
blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/

Situação fiscal e eleição antecipada afastam estrangeiros de privatizações

Julio Wiziack

Investidores estrangeiros que avaliavam ingressar no Brasil passaram a rever o apetite por projetos, principalmente de infraestrutura, por causa da deterioração do ambiente fiscal e econômico, em boa parte motivada pela antecipação da disputa eleitoral de 2022.

Fundos de investimento, de pensão e operadores internacionais estudavam as propostas para participar das próximas concorrências. No entanto, eles decidiram esperar pelo próximo presidente.

Segundo assessores e advogados que cuidam dos interesses de investidores, eles demonstram desconfiança do governo atual, que permitiu danos ambientais severos, abandonou reformas estruturais e hoje promove gastança focado na reeleição.

Também se preocupam com o clima de polarização política e entendem que a piora da economia pode ser aprofundada a depender de quem vença a eleição de 2022.

Para esse grupo, que prefere se manter em anonimato, os juros futuros, já acima de 10%, estão em tendência de alta -reflexo da incerteza política-, o câmbio pode girar em torno de R\$ 5,50 (com o real se desvalorizando mais ante o dólar) e a inflação seguirá em alta.

Se por um lado o dólar elevado torna os ativos no Brasil mais baratos, por outro exige mais faturamento em real para fazer frente ao investimento com recursos captados em moeda estrangeira. Para eles, tudo isso pode prejudicar o retorno dos investimentos.

Além disso, amparam-se em projeções de economistas que indicam um crescimento da economia em patamares baixos, o que afetará o consumo.

Se antes apostavam no aquecimento da atividade econômica por causa da reforma tributária, agora veem um cenário pior: dizem que, sem mudanças nesse campo, o governo não terá saída a não ser aumentar impostos já que, pelo lado das despesas, não houve avanços.

Com os últimos embates no Congresso em torno da reforma tributária, decidiram jogar a toalha e consideram que o Brasil não é um país para novatos.

"Eles acham ainda que a situação atual indica a volta do populismo, depois de tudo o que viram neste ano", diz Claudio Frischtak, fundador da Inter.B, consultoria internacional de negócios.

Segundo Frischtak, esses investidores consideram que a polarização política -seja com Bolsonaro, seja com Lula no comando em 2023- trará um possível controle estatal maior sobre a economia, refletindo sobre tarifas e serviços.

Mencionam, por exemplo, a tentativa do governo atual de controle da política de preços da Petrobras e as interferências no Banco do Brasil.

"O episódio do ministro da Economia, Paulo Guedes, questionando as pesquisas do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] caiu muito mal", acrescenta Frischtak.

"Os investidores que eu assessoro se lembraram imediatamente da Cristina Kirchner [que manipulou o cálculo da inflação na Argentina]. Apesar de a crítica se referir às pesquisas de desemprego, o IBGE calcula o IPCA e o INPC, indicadores importantes da inflação no país. Essa turma está ligando os pontos."

Em contrapartida, os grupos que já atuam no país continuam atraídos pelas próximas rodadas de concessões e privatizações.

"Os novos entrantes devem ficar fora da infraestrutura, mas os tradicionais continuam olhando", diz Marcos Ganut, diretor de Infraestrutura da Alvarez Marsal.

No entanto, segundo Ganut, a desvalorização do real torna os projetos mais atrativos para os estrangeiros.

Para ele, quem se prepara para concorrer nos leilões está mais preocupado em saber qual será a política econômica a partir de 2023.

"Os projetos de infraestrutura são uma opção interessante de renda fixa [fluxo de receitas]", diz Ganut. "No ano passado, investidores passaram estudando projetos no mundo todo como alternativa a

juros baixos em outros países. Aqui temos projetos com riscos bem definidos para atrair esses recursos."

Analistas de infraestrutura consideram que os projetos motivados pelo agronegócio terão sucesso.

"O transporte de carga, motivado pela produção agrícola, foi o que levou o Brasil a ter sido no ano passado o país que mais gerou investimentos de infraestrutura", diz Frederico Turolla, sócio da consultoria Pezco Economics.

Segundo ele, existe mais de uma dezena de fundos de infraestrutura atuando nesse ramo.

"Estamos assistindo a um redesenho da malha [de transporte]. Pela primeira vez, vamos ter ativos que estão sinalizando para um novo eixo longitudinal com ferrovias e rodovias conectando portos no Norte e o porto de Santos."

O governo está atento à mudança de humor dos novos investidores, mas continua confiante na venda ou concessão de seus projetos.

Na carteira, estão os maiores empreendimentos que, juntos, respondem por mais da metade dos investimentos estimados -algo em torno de R\$ 154 bilhões.

Liderados pelo Ministério da Infraestrutura, serão privatizados os principais aeroportos (Congonhas, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio de Janeiro), as rodovias mais movimentadas, como a NovaDutra (que liga São Paulo ao Rio de Janeiro), as maiores ferrovias (Ferrogrão e Ferroeste), e o porto de Santos, maior pólo de escoamento da safra nacional.

Somente a NovaDutra exigirá R\$ 14 bilhões em investimentos, incluindo as melhorias na BR-101 impostas como contrapartida ao vencedor.

Até o momento, os projetos concedidos garantiram ao menos R\$ 72 bilhões em investimentos contratados até o momento. O Ministério da Infraestrutura estima que esse valor chegará a R\$ 100 bilhões até o fim deste ano.

De acordo com o cronograma, todos os projetos previstos para este ano estão em andamento e dentro do prazo. Os empreendimentos de 2022 ainda estão em fase de estudo.

A secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa, afirmou à Folha que o governo planejou com cuidado cada passo para evitar reveses.

Até projetos mais complicados do ponto de vista político, como o das Rodovias Integradas do Paraná - alvo de resistência de núcleos locais no estado-, já passaram pelo escrutínio público e só aguardam o aval do TCU (Tribunal de Contas da União) para serem privatizados.

"Não vejo ninguém contando com os suspiros da hora", disse Marcassa. "Só vejo investidores, inclusive novos entrantes, interessados nos nossos projetos."

Para ela, apesar de todas as dificuldades e o clima atual do país, o governo mostrou para os grandes investidores que respeita contratos e defende a segurança jurídica.

"Demos uma lição ao mundo pela forma como tratamos o setor aéreo durante a pandemia [houve medidas de postergação de pagamentos de taxas e outorgas, por exemplo]. Foi por isso que a última rodada de aeroportos foi um sucesso e temos mais interessados pela sétima rodada [e última]."

Na avaliação da secretária, a degradação do cenário macroeconômico é momentâneo e, para contratos tão longos, não há como comprometer o fluxo de receitas.

"Além disso, há uma espécie de seguro que é a correção das tarifas pela **inflação**", diz.

Em sua avaliação, até o fim do mandato de Bolsonaro, a expectativa é que os investimentos contratados alcancem R\$ 250 bilhões.

Esse é o valor que as principais estatais do governo - Petrobras, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil- conseguiram colocar no caixa com a venda de subsidiárias ou de participações em outras companhias.

Dados do Ministério da Economia indicam que, de janeiro de 2019 a agosto deste ano, as quatro estatais obtiveram R\$ 223,9 bilhões.

Com seu programa de desinvestimento, a Petrobras, sozinha, respondeu por metade desse resultado. Boa parte dos recursos acabou retornando para o Tesouro Nacional.

Apesar disso, o governo não cumpriu a promessa feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de privatizar ao menos 17 estatais.

O único projeto relevante aprovado recentemente foi a capitalização da Eletrobras. Mesmo assim, o mercado estima que não haverá fôlego para a compra das ações a serem vendidas em uma primeira tentativa.

As vendas de outras estatais, como Correios, Casa da Moeda, EBC, Serpro, Dataprev, Telebras, dentre outras, continuam emperradas.

O ministro deu diversas declarações de que esse programa deslancharia e poderia trazer até R\$ 1 trilhão para o caixa do governo. Recentemente, Guedes afirmou que pretende usar 20% do dinheiro que vier das privatizações e venda de outros ativos da União para custear parte do novo Bolsa Família.

A resistência no Congresso fez com que até mesmo o então secretário especial de Desestatização da pasta, Salim Mattar, pedisse demissão. A ala militar que dá suporte ao governo defende ainda uma maior presença estatal.

No caso da Telebras, que existe mesmo após 23 anos da privatização de suas subsidiárias, a empresa será acionada na oferta de banda larga via satélite e na prestação de serviço de telefonia da rede privada da administração pública federal.

Essa rede deverá ser construída pelas operadoras que vencerem o leilão do 5G como forma de evitar o banimento da Huawei, maior fornecedora de equipamentos da tecnologia de quinta geração.

O certame está previsto para outubro e deverá gerar investimentos de R\$ 43 bilhões.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

46

Bem longe da privatização

Sem venda direta de estatais, plano de Bolsonaro concentrou esforços em programa de concessões

Investimentos contratados
↓

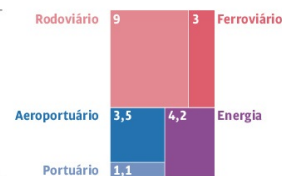
Distribuição dos investimentos
Participação por setor (em R\$ bilhões)
↓

2019

Projetos implementados

R\$ 20,8 bilhões

- Arrendamento de granéis líquidos no porto de Cabedelo/PB
- Aeroportos nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste
- Ferrovia Norte-Sul
- Leilão de transmissão de energia
- Leilão de energia nova
- 6ª Rodada sob o regime de partilha (pré-sal)
- 16ª Rodada de blocos no regime de concessão
- 1º Ciclo da Oferta Permanente
- BR-364/365/MG/GO
- Arrendamento de granéis líquidos no porto de Santos/SP (STS 13A)
- Arrendamento de granéis sólidos no porto de Santos/SP (STS 20)
- Terminais Portuários de granéis líquidos no porto de Belém/PA (BEL 02A, BEL 02B, BEL 04, BEL 08 e BEL 09)
- Terminal de celulose no porto de Paranaguá/PR (PAR01)
- Terminal Portuário de granéis líquidos no porto de Vitória/ES
- Terminal Portuário de granéis líquidos no porto Vila do Conde/PA (VDC 12)

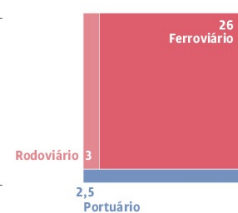


2020

Projetos implementados

R\$ 31,5 bilhões

- Arrendamento de terminal no porto de Aratu/BA (ATU12)
- Arrendamento de terminal no porto de Aratu/BA (ATU18)
- Direitos minerários da CPRM em TO
- Estrada de Ferro Carajás (EFC)
- Estrada de Ferro Vitória a Minas Gerais (EFVM)
- Arrendamento de terminal no porto de Maceió/AL (MAC10)
- 2ª rodada de projetos minerários
- Arrendamento de terminal no porto de Paranaguá/PR (PAR12)
- 2º Ciclo da Oferta Permanente da ANP
- Cessão onerosa
- BR-101/SC
- Rumo Malha Paulista S.A.
- Arrendamento de terminais no porto de Santos/SP (STS14 e STS14A)
- Arrendamento de dois terminais em Vila do Conde/PA (VDC e VDC12)
- Terminal Pesqueiro de Mucuripe/CE (MUC02)

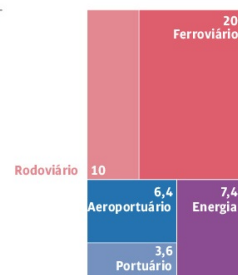


2021

Em estudo
Em andamento
Realizado

R\$ 47,4 bilhões

- Projetos previstos**
- Leilão de Linhas de transmissão
 - 6ª rodada de aeroportos
 - Relicitação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN)
 - BR-116/101/SP-RJ
 - BR-153/080/414/GO/TO
 - BR-163/230 MT/PA
 - BR-381/262 MG/ES
 - Privatização da Codesa
 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol)
 - Renovação da MRS
 - Arrendamento de terminal portuário no porto de Pelotas (PEL01)
 - Arrendamentos de terminais no porto de Itaquai/MA (IQ03/11/12/13)
 - Arrendamento de terminal no porto de Santana/AP (MCP02)
 - Arrendamento de terminal no porto do Mucuripe/CE (MUC01)
 - Arrendamento de terminal no porto do Mucuripe/CE (MUC059)
 - Arrendamento de terminal no porto de Salvador/BA (SSD09)
 - Arrendamento de terminal no porto de Areia Branca/RN (TERSAB)
 - Arrendamento de terminais no porto de Maceió/AL (MAC11/12/13)
 - Arrendamento de terminais no porto de Santos/SP (STS08/08A)
 - Arrendamento de terminal no porto de Itaguaí/RJ (ITG03)
 - Arrendamento de terminal portuário em Cabedelo (PB) (AE14)
 - Arrendamento de terminal no porto de Imbituba/SC (IMB05)
 - Arrendamento de terminal no porto de Porto Alegre/RS (POA01)
 - Arrendamento de terminais no porto de Paranaguá/PR (PAR32/50)



2022

Em estudo
Em andamento
Realizado

R\$ 154 bilhões

- Projetos previstos**
- 7ª rodada de aeroportos
 - Relicitação do aeroporto de Viracopos (Campinas/SP)
 - Alienação de participações da Infraero
 - BR-040/495 MG/RJ
 - BR-040 DF/GO/TO
 - BR-116/493 RJ/MG (CRT)
 - BR-135/316 MA
 - BR-158/155 MT/PA
 - BR-163/267 MS
 - Rodovias de Integração do Paraná
 - Concessão canal de Acesso de Paranaguá/PR
 - Concessão do porto de Itajai/SC
 - Desestatização porto de Santos/SP
 - Desestatização São Sebastião/SP
 - Arrendamento de terminais no porto de Vila do Conde/PA (VDC10/10A)
 - Arrendamento de terminais no porto de Santos/SP (STS10/11/13/53)
 - Arrendamento de terminais no porto de Paranaguá (PAR9/14/15)
 - Renovação da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica)
 - Ferrogrão (EF-170)
 - Desestatização Ferroeste (SPPI)



Fonte: PPI, Ministério de Infraestrutura

Rumo a 2022, MBL quer Janaina fora do PSL - COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

Alimentada pelo antipetismo, a relação entre MBL e Janaina Paschoal não sobreviveu ao bolsonarismo.

Integrantes do movimento que insuflou os atos contra Dilma acusam a agora deputada estadual de abandonar a coerência e de se dobrar a um governo federal criminoso.

A advogada, uma das autoras do pedido de impeachment que derrubou a petista, diz que o MBL faz o jogo da esquerda ao criticar ações do Supremo contra bolsonaristas.

O rompimento ocorre quando os dois lados se viram na iminência de estar de novo lado a lado: dentro do PSL.

» Lado A. "Janaina tem se distanciado da coerência que a elegeu, sendo leniente com um governo tão criminoso quanto os do PT.

Se continuar nessa linha, não há outro caminho a não ser a saída dela do PSL", diz Rubinho Nunes, recém-filiado ao partido.

» Em bonde. Nunes é quem articula a entrada na sigla de outros membros do movimento, como Kim Kataguiri e Arthur do Val. Para isso, defende a saída dos bolsonaristas do PSL.

» Lado B. "O MBL radicalizou demais em relação à Presidência. Estão dando força para a esquerda, apoiando ações contra a liberdade", afirma Janaina.

» Na minha. A deputada estadual de São Paulo reclama de ficar sabendo das questões envolvendo o PSL pela imprensa e já avisou a sigla: sairá na próxima janela, com a intenção de concorrer ao Senado em 2022.

» Que se retirem. Júnior Bozzella, presidente do PSL-SP, acha que não serão necessárias expulsões para "desbolsonarizar" o partido: os descontentes sairão por conta própria.

» Bad timing. Exatamente quando o ministro Milton Ribeiro fala em universidades "para poucos" e que aluno com deficiência "atrapalha", vem aí o III

Congresso Ibero-americano de Educação Comparada. A sede será em Montevidéu, de 1 a 3 de setembro, mas o evento não será presencial.

» TNT. Não é bom o clima que vai se formando em torno do Sete de Setembro.

Autoridades de São Paulo e de Brasília estão preocupadas com a tensão crescente nas redes sociais entre apoiadores do presidente e grupos contrários a ele.

» Governança. FHC, Gilmar Mendes, Gilberto Kassab e o advogado Manoel Gonçalves Ferreira Filho, com mediação de Walfrido Warde e Rafael Valim, presidente e diretor do IREE, respectivamente, participam de live do instituto hoje, 23, às 10h30, para debater o semipresidencialismo.

» CLICK. Michel **Temer** bateu papo com seguidores no Instagram. Um deles tascou: pretende ser candidato em 2022?

"Vamos deixar o tempo passar...", disse ele.

» Inacreditável... Um "meme" ilustra à perfeição a novelinha da **reforma tributária** no governo Bolsonaro.

Nele, o atacante Pablo, do São Paulo F.C, aparece desperdiçando uma chance clara de gol em jogo recente contra o Palmeiras.

» ...Futebol... Após ter sido deixado na cara do gol por seu companheiro Rigoni, Pablo inacreditavelmente chuta a bola para fora em lance capital da partida.

» ...clube. Conforme, o "meme", basta substituir os nomes Rigoni por Bernard Appy e Pablo por "Paulo Guedes"...

» SINAIS PARTICULARES.

Paulo Guedes, ministro da Economia

PRONTO, FALE!!

Gilmar Mendes Ministro do Supremo Tribunal Federal

"A fabricação artificial de crises institucionais

infrutíferas afasta o País do enfrentamento dos problemas reais. É hora de reordenar prioridades."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Piora o cenário para o crescimento e a inflação - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Orçamento pode prever déficit primário de R\$ 70 bi em 2022

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

O fim do ciclo de reformas (Artigo)

Roberto Padovani

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

"Escolha de Sofia" é evitável, diz Meirelles

Lucinda Pinto e César Felício

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Quadro político conspira contra economia, diz Kawall

Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Governadores de todo o país se reúnem nesta segunda para debater defesa da democracia

Por Marcela Mattos e Mateus Rodrigues, G1 - Brasília

Governadores de 23 estados e do Distrito Federal confirmaram presença em uma reunião nesta segunda-feira (23) para debater, entre outros pontos, a escalada da crise entre os poderes. Alguns governadores estarão presencialmente no Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal, mas a maioria vai participar por videoconferência.

A reunião do Fórum Nacional de Governadores acontecerá três dias após o presidente Jair Bolsonaro pedir o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) (veja detalhes abaixo). Também na sexta, a Polícia Federal deflagrou operação que investiga a incitação a atos violentos e ameaçadores contra a democracia.

Coordenador do fórum, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), afirmou ao G1 que inicialmente a agenda prioritária do encontro seria a pauta econômica, com destaque para a **reforma tributária**. Mas, em meio à tensão, o grupo aproveitará a reunião para marcar posição sobre o momento político.

O fórum já conseguiu, por meio de líderes estaduais da Câmara e do Senado, fazer crescer uma compreensão mais racional da conjuntura, e isso ajuda a criar um ambiente onde a gente possa dialogar com o Judiciário. Não é razoável é o rumo que o país está tomando, afirmou Dias.

O governador diz que ainda não há uma proposta resolvida sobre esse posicionamento. Mas há um caminho traçado que é o de se posicionar e mostrar que a gente tem um pensamento médio sobre a conjuntura, afirmou.

Na última segunda, frente à escalada de tensões entre os poderes federais, governadores de 13 estados já tinham divulgado uma nota de solidariedade ao STF. Veja no vídeo abaixo:

O governador do Piauí reforçou ainda que a crise causa dificuldades e efeitos na economia, criando um ambiente de insegurança aos investidores.

Dos 27 governadores, apenas três não tinham confirmado presença até a tarde deste sábado (21):

Nesta sexta (20), o presidente Jair Bolsonaro enviou ao Senado um pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a quem acusa de extrapolar os limites constitucionais.

A iniciativa de Bolsonaro foi amplamente repudiada. O STF emitiu nota reafirmando a confiança em Moraes; parlamentares apontaram desvario e pediram foco nos problemas reais do país; e dez ex-ministros pediram em nota que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), rejeite o pedido de impeachment.

Em entrevista, Pacheco disse que não antevê fundamento para o impeachment de ministro do Supremo.

Os governadores também pretendem discutir, no encontro, os rumos da **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional. Na última semana, a Câmara chegou a colocar o tema em pauta, mas adiou a votação por falta de consenso entre os parlamentares.

Largaram uma **reforma tributária** com objetivos claros: simplificação tributária, o fim da bi e tri tributação, o fim da guerra fiscal e nova política de desenvolvimento com o fundo de desenvolvimento regional, como prevê nossa Constituição Federal [...] E estamos no varejo, no picotado que pode até beneficiar um setor, mas quebra outro ou ainda desmantela a sustentabilidade da Federação Brasileira, diz material divulgado por Wellington Dias.

O grupo também deve discutir a formação de um consórcio de governos estaduais para promover projetos ambientais de proteção de biomas, plantio de árvores, incentivo à energia limpa e obras de saneamento.

O texto divulgado pelo governador do Piauí cita parceria com o governo dos Estados Unidos e com a Comunidade Europeia, sem detalhar qual acordo será proposto.

Site: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/08/23/governadores-se-reunem-nesta-segunda-para-debater-defesa-da-democracia.ghtml>

Paulo Guedes e a reforma tributária do Senado

Enquanto faz água na Câmara a reforma do Imposto de Renda, Rodrigo Pacheco deu a partida para a tramitação da PEC , que extingue quatro **impostos** (Cofins, PIS, Pasep e IPI) e os unifica, criando um imposto de valor agregado.

Paulo Guedes não é nem um pouco simpático ao texto.

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/paulo-guedes-e-reforma-tributaria-do-senado.html>

Mercados repercutem nova ofensiva de Bolsonaro contra STF e, lá fora, tentam se recuperar

Por Júlia Lewgoy, Valor Investe - São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2021/08/23/mercados-repercutem-nova-ofensiva-de-bolsonaro-contra-stf-e-la-fora-tentam-se-recuperar.ghtml>

Site: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2021/08/23/mercados-repercutem-nova-ofensiva-de-bolsonaro-contra-stf-e-la-fora-tentam-se-recuperar.ghtml>

Investimento social é falho em cidades 'das commodities'

Anais Fernandes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Acordo para IVA está próximo, diz Padilha

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Inflação brasileira já é uma das mais altas do mundo - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

O presidente Jair Bolsonaro tem um discurso pronto para justificar a disparada da **inflação**. Nas redes sociais, seus seguidores dizem que a culpa é da pandemia e do lockdown. Algumas pessoas acreditam em tudo, até em disparates como esses. Como se sabe, a maioria dos países teve restrições de circulação mais severas que o Brasil - e seus índices de preços não estão descontrolados. Nos últimos 12 meses, a **inflação** brasileira chegou a quase 9%. É um dos piores resultados do mundo. No Reino Unido, que fechou quase toda a economia para conter o avanço do vírus, os preços subiram 2,5% de um ano para cá. Nos Estados Unidos, que também parou tudo, 5,4%. Na China, 1%. Os fãs de Bolsonaro vão argumentar que são nações muito diferentes do Brasil. Basta observar os números dos emergentes para confirmar que os números brasileiros são, de fato, péssimos. Na Rússia, a **inflação** anual está em 6,5%. No México, 5,8%. Na Índia, 5,6%.

Meirelles: "Baixamos a **inflação** de 9,3% para 3,8%"

Henrique Meirelles diz que é cedo para falar sobre a próxima eleição - o centro e a esquerda sonham com seu nome na composição das chapas -, mas ele tem sido ágil no Twitter. Em meio à crise na economia, destacou o que fez quando trabalhou em Brasília: "Baixamos a **inflação** de 9,3%, em abril de 2016, para 3,8% no final da minha gestão. A Selic estava em 14,25%, entreguei o ministério com 6,5%." Meirelles foi presidente do Banco Central no governo Lula e ministro da Fazenda de **Temer**.

Lucros das empresas de capital aberto dispararam 521%

O Banco Safra analisou os balanços corporativos relativos ao segundo trimestre de 84 empresas brasileiras de capital aberto. A boa notícia é que as companhias ignoraram a crise política, a pandemia e as incertezas econômicas. Segundo o levantamento, 55% dos resultados vieram acima das expectativas do banco, enquanto 15% estavam em sintonia com as estimativas e 30% decepcionaram. O mais surpreendente: entre abril e junho, os lucros das empresas listadas na bolsa de valores dispararam 521%.

Salários na área tecnológica sobem 55% em um ano

A nova era digital tem impulsionado as carreiras na

área tecnológica. Segundo estudo realizado pela empresa de recrutamento Revelo, os salários dos profissionais do setor subiram, em média, 55% desde setembro de 2020 - nenhuma outra especialidade conheceu expansão tão veloz de ganhos. O Brasil, porém, não tem conseguido formar pessoas qualificadas para atender ao crescimento explosivo da demanda, e algumas empresas até são obrigadas a recorrer a trabalhadores vindos de outros países.

"O Banco Central se tornou mero passageiro do que vai acontecer com os juros. A **inflação** corrente tem sido bem ruim e ele não consegue controlar"

Fabricio Taschetto, sócio-fundador e diretor de investimentos da gestora ACE Capital

1,6

milfoi a média de partidas diárias no mercado doméstico de aviação em julho. O número se aproxima do período pré-pandemia. Em março de 2020, eram 1,8 mil

Rapidinhas

O Facebook quer tornar as reuniões virtuais - que se viraram febre no mundo corporativo durante a pandemia - mais dinâmicas. A empresa lançou um aplicativo de realidade virtual, o Horizon Workrooms, que permite o uso de avatares nos encontros remotos. O participante entra na videoconferência e é representando por sua versão digital.

As grandes empresas de tecnologia lideram um movimento nos Estados Unidos para que se adie o retorno ao trabalho presencial. Com o avanço da variante delta, cresce o risco de aumento dos contágios pelo vírus. Apple, Facebook e Amazon anunciaram que a volta para os escritórios, prevista para as próximas semanas, ficará para 2022.

A iniciativa é estranha: na China, os funcionários da fabricante de equipamentos para foto e vídeo Canon só têm acesso às salas de reuniões se estiverem com um sorriso no rosto. A empresa desenvolveu um sistema de reconhecimento facial que identifica "o nível de simpatia" das pessoas. E se o colaborador estiver num dia ruim?

A pandemia aumentou os níveis de estresse no ambiente corporativo. Para lidar com o problema, algumas empresas lançaram ações inéditas. Entre maio e junho, o Grupo Boticário treinou suas principais lideranças para auxiliá-las a identificar sinais de sofrimento psicológico entre os subordinados.

STF mantém foco criminal contra Bolsonaro, e Câmara busca se afastar de crise



Bolsonaro cumprimenta militares em partida para missão humanitária no Haiti Isac Nóbrega/Divulgação Presidência

Mateus Vargas, Marcelo Rocha e Thiago Resende
brasil

O STF (Supremo Tribunal Federal) deverá manter o rumo de investigações criminais contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e aliados após o mandatário apresentar um pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

No Congresso, aliados do presidente tentam afastar a crise para preservar pautas de interesse do Planalto. A tarefa, por ora, tem mais respaldo na Câmara do que no Senado, onde o governo já enfrenta clima mais desfavorável.

Na sexta-feira(20), Bolsonaro ignorou apelos de auxiliares e ingressou no Senado com o pedido contra Moraes. Houve reação imediata do Supremo e do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Líderes da Câmara preferem aguardar os desdobramentos da crise. Interlocutores do presidente querem, por ora, distância do clima de tensão.

A ideia é evitar a contaminação de votações de reformas previstas para esta semana. Estão em discussão avançada as reformas do IR (Imposto de Renda) e administrativa.

O impacto da crise dos Poderes na Câmara, que tem sido mais fiel a Bolsonaro, não deve ser automático. Para um deputado próximo ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), o líder do centrão deve evitar o assunto e fugir de atritos públicos tanto com Bolsonaro como com o STF.

A crise pode aumentar com as manifestações bolsonaristas previstas para 7 de setembro, Dia da Independência.

Além disso, o presidente confirmou a intenção de apresentar ainda um outro pedido de impeachment contra um ministro do Supremo. O próximo alvo, disse ele, será o ministro Luís Roberto Barroso, que também preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) -mais combustível para bolsonaristas radicais.

No Congresso cresce a preocupação sobre a segurança em protestos pró-Bolsonaro, especialmente no Distrito Federal. Um deputado lembrou que o governador Ibaneis Rocha (MDB), tem se distanciado do presidente da República.

Já no STF, ministros avaliam que decisões desfavoráveis ao governo não deixarão de ser tomadas após o pedido de impeachment contra Moraes.

Isso vale tanto para temas como o combate à pandemia como às investigações criminais que têm como alvo o chefe do Executivo e apoiadores.

Na seara criminal, a maioria das apurações está sob a responsabilidade de Moraes. Há expectativa por novos desdobramentos nos próximos dias.

Por sua vez, não há entre os ministros disposição para travar julgamentos de pautas econômicas de interesse do governo. Eles se preocupam com a retomada econômica e o desenvolvimento do país, e entendem que o Judiciário não pode atrapalhar.

Um dos temas mais sensíveis em debate no Supremo é a questão dos precatórios -dívidas que a União tem de quitar após decisões judiciais.

O plano de retomada da popularidade de Bolsonaro depende do parcelamento dessas dívidas para abrir espaço no Orçamento para um programa social mais robusto para substituir o Bolsa Família -o chamado Auxílio Brasil.

Sem citar Bolsonaro, o ministro Gilmar Mendes, do STF usou uma rede social neste domingo (22) para criticar a "fabricação artificial de crises institucionais".

"A fabricação artificial de crises institucionais infrutíferas afasta o país do enfrentamento dos problemas reais. A crise sanitária da pandemia, a **inflação** galopante e a paralisação das reformas necessárias devem integrar a agenda política. É hora de reordenar prioridades", escreveu.

Já no Senado, parlamentares de partidos governistas e de oposição não veem chance de o pedido de impeachment contra Moraes avançar.

"Penso que não [irá avançar] ", disse o líder do PL, senador Wellington Fagundes (MT), que é da base do governo.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da CPI da Covid, defendeu a atuação de Moraes e Barroso, em debate neste fim de semana como grupo Prerrogativas, formado por advogados.

"A manifestação ontem [sexta-feira] do presidente Rodrigo Pacheco foi importante em dizer que esse malfadado pedido de impeachment vai para o único lugar devido: o arquivo e o lixo", disse.

Na sexta, logo após o pedido de impeachment contra Moraes, Pacheco afirmou que não vai se render a "nenhum tipo de investida que seja para desunir o Brasil".

O senador afirmou que irá dar tratamento normal à representação e encaminhá-la para área técnica da Casa e depois decidir se dará continuidade ao procedimento ou não. Ele ressaltou, no entanto, que não antevê motivos para o afastamento de Moraes.

Ministros próximos de Bolsonaro, como Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) e Fábio Faria (Comunicações), evitaram fazer declarações públicas de apoio ao pedido de impeachment de Moraes.

A formalização do pedido de ocorreu no dia em que a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão contra o cantor Sérgio Reis e o deputado Otoni de Paula (PSC- RJ), entre outros aliados do presidente da República.

As medidas foram solicitadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) e autorizadas por Moraes.

O presidente também reclama do fato de Moraes ter acolhido a notícia-crime do TSE e ter decidido investigá-lo por suposto vazamento de dados sigilosos de inquérito da Polícia Federal sobre invasão hacker à corte eleitoral em 2018.

Nesta segunda-feira (23), o Fórum dos Governadores se reunirá em Brasília para discutir, entre outros

temas, a defesa da democracia.

O encontro já estava marcado para tratar de assuntos econômicos. Mas, diante da postura de Bolsonaro, os governadores querem se posicionar a favor das instituições.

Há cerca de uma semana, após a rejeição da Câmara à proposta que instituiu o voto impresso, Bolsonaro mudou de estratégia e passou a defender a atacar ministros do Supremo como forma de manter seus eleitores ativos na disputa que trava com a corte.

Em reação ao ato de Bolsonaro, o STF divulgou já na noite de sexta uma nota sem assinatura, em nome de todo o tribunal. Nela, a corte "manifesta total confiança" em Moraes.

STJ (Superior Tribunal de Justiça), o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, e entidades de magistrados e procuradores saíram em defesa do ministro e criticaram a iniciativa do presidente da República.

DEZ PARTIDOS DIVULGAM NOTAS EM APOIO A MORAES

Dez partidos divulgaram notas, neste domingo (22), em defesa da democracia e em apoio ao ministro Alexandre de Moraes, do STF. Na sexta-feira (20), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ingressou no Senado com um pedido de impeachment contra Moraes. Para MDB, DEM e PSDB, o pedido é "claramente revestido de caráter político". Essas siglas defendem que "é imprescindível que as instituições tenham capacidade de exercer suas funções com total liberdade".

Em outra nota, sete partidos (PDT, PSB, Cidadania, PCdoB, PV, Rede e PT) repudiam qualquer tentativa de escalada autoritária e lembram que decisões judiciais podem ser questionadas por meio de recursos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49646>

Bolsonaro faz mais e mais "barulho" e a inflação dispara - TODA MÍDIA



Nelson de Sá nelson.sa@grupofolha.com.br

Ecoou por Bloomberg e outras o despacho da Associated Press no sábado (21), citando "duas autoridades de alto nível", dizendo que Bolsonaro expressou a vontade de intervir no Banco Central.

Foi "horas depois" de Roberto Campos Neto, que Bolsonaro colocou no BC, declarar em evento da organização Américas Society/Council of the Américas, dos EUA, que "um maior nível de barulho" na política fez crescer a **inflação** no país, para quase 9%.

Apontou "incerteza na parte institucional de como o Brasil funciona e na disputa entre Poderes". E que "o mercado está relacionando algumas das coisas que o governo está fazendo com a eleição", caso do aumento de gastos, "e isso cria um barulho adicional".

PREPARE-SE PARA PAGAR

O Brasil vem sendo responsabilizado pela **inflação** de commodities, dos EUA à China. O *New York Times*, sob o título "Prepare-se para pagar mais pelo seu café matinal", diz que "choques climáticos no Brasil e gargalos nos embarques elevaram ainda mais o preço do café", citando seca e frio.

Açúcar também

Já o Pengpai Xinwen, de Xangai, publicou a reportagem "Brasil continua sofrendo com secas e geadas frequentes, e os preços internacionais do açúcar atingiram nova alta em quatro anos".

La Nina, de novo

E o Financial Times, sob o título "Choques climáticos no Brasil afetam mercados globais de commodities", além de café e açúcar, listou milho e gado. Relacionou a seca à "destruição da Amazônia" e acrescentou, às geadas, a expectativa de se repetir o fenômeno La Nina.

CENÁRIOS

Na edição brasileira da publicação francesa, "cenários sobre o futuro do governo Bolsonaro: impeachment, reeleição, golpe..."

NÃO É SÓ O AFGANISTÃO

Na home do NYT de sábado, pela primeira vez desde março, as mortes por Covid nos EUA passaram de mil na média de sete dias, salto de 99% em duas semanas; neste domingo (22), o jornal publicou reportagem sobre o "alarme" dos democratas, ouvindo 40 e destacando que temem perder o Congresso em 2022, "se pandemia ou Afeganistão continuarem a piorar"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49646>

Tracking the Coronavirus ›

United States ›

	Avg. on Aug. 21	14-day change
New cases	151,227	+39% 
New deaths	1,007	+99% 

'É o que temos para hoje' (Editorial)

Há três ou quatro anos, ninguém podia imaginar que um dia o mundo seria tão duramente atingido por uma pandemia de proporções desconhecidas por muitas gerações e que afetaria e, em geral, prejudicaria tanto a vida de todos.

Mas já então muitos brasileiros enfrentavam muitas dificuldades que os impediam de comprar a quantidade que consideravam adequada de comida para manter suas famílias.

Compravam o que sua renda lhes permitia. Mas queriam e precisavam de mais.

Naquela época, os chefes de família calculavam que precisavam gastar 66,7% mais com comidas e bebidas para alimentar adequadamente todos os moradores da casa. É o que mostra a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (POF), que acaba de ser divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ela traz o perfil mais atualizado da estrutura de gastos das famílias brasileiras com alimentação, transporte e lazer.

Comprava-se o que dava, o que a renda permitia. "Mas não era só isso o que ela (a família) gostaria", diz a técnica do IBGE Isabel Martins. Era o que se podia ter no momento. "O que tenho (em dinheiro disponível), eu compro e como, mas não é o que gostaria de ter." Para muitas famílias, o que se podia comprar para o dia era insuficiente. A POF constatou que, dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% (o equivalente a 25,3 milhões) viviam com algum grau de insegurança alimentar, isto é, sem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. É um dado pior do que o de 2004, quando 34,9% dos domicílios estavam nessa situação.

No pós-pandemia, a **inflação**, a alta dos alimentos e a persistência de grande número de pessoas sem ocupação decerto tornaram ainda mais precárias as condições de vida de uma parte importante da população brasileira. Só se poderá saber com mais precisão a intensidade dessas mudanças daqui a algum tempo, quando forem conhecidas estatísticas deste período.

As que acabam de ser divulgadas pelo IBGE mostram um país que se modernizou em alguns aspectos, mas não conseguiu curar algumas de suas piores feridas sociais e pode ter ganhado outras.

Na edição mais recente, a POF avalia também o

alcance dos serviços financeiros na população e como as famílias os utilizam. Dela, por isso, resulta um retrato amplo que mostra as contradições e complexidades do País.

A POF constatou que 83,3% integravam famílias em que pelo menos um de seus membros tinha acesso a algum serviço financeiro.

É, sem dúvida, um índice altíssimo de disseminação desses serviços num país tão desigual.

O principal serviço financeiro a que um membro dessas famílias tinha acesso era a conta corrente (66,2%), o que mostra o grande alcance dos serviços bancários. O segundo era a caderneta de poupança (55,9%), claro sinal da popularidade desse tipo de aplicação; 44,4% da população vivia em família com alguma pessoa que tinha cartão de crédito.

Acesso amplo a serviços financeiros está longe, porém, de indicar melhora da situação financeira das famílias. A POF constatou que 72,4% dos brasileiros viviam em famílias com alguma dificuldade para pagar suas despesas mensais. Constatou também que 46,2% da população vivia em família que tinha pelo menos uma conta em atraso. Considerando toda a população, 14,1% enfrentavam muita dificuldade para passar o mês com renda disponível.

Das pessoas com renda baixa, 30% disseram que viviam com menos do que o necessário.

Ainda entre os mais pobres, como constatou a POF, um quarto da renda vinha de aposentadorias e de programas sociais.

É prova da importância do sistema previdenciário e dos programas de transferência de renda para a sobrevivência dessas famílias. Outro dado surpreendente é o papel do rendimento não monetário, que são os bens e serviços que as famílias obtêm sem pagar por eles (doações, por exemplo), no orçamento doméstico.

Entre os pobres, isso representa 14,5% da renda, o que parece alto num país tão bem coberto por serviços financeiros.

Para muitas famílias, a renda é pouca para assegurar a comida necessária

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dez partidos divulgam notas em apoio a Moraes e a Barroso

JUSSARA SOARES E FERNANDA TRISOTTO
opais@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

No mínimo, R\$4 bi

BRUNO GÓES E JUSSARA SOARES
opais@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pedido de impeachment pode afetar reformas

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Brasil lidera recuperação da atividade na América Latina

Marsílea Gombata

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986?page=1§ion=1

Crise prolongada reduz doações de pessoas físicas

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186986

Reforma política - MARCUS ANDRÉ MELO

MARCUS ANDRÉ MELO

Há três erros interpretativos em relação à reforma política. O primeiro é que seria produto da ação de legendas de aluguel. O segundo é que o distritão seria apenas um bode na sala para garantir o retorno das coligações proporcionais. Mas como iniciativas que contaram com um arco de apoio tão amplo poderiam refletir os interesses de uma pequena minoria?

A rigor, todos os partidos são pequenos ou nanicos: não há outra democracia na qual os dois maiores partidos têm apenas 10% das cadeiras nas assembleias nacionais.

Os parlamentares têm três opções: distritão (D), volta das coligações (C) e o status quo atual (SQ). Em tese, o distritão seria first best para 94% dos parlamentares que não alcançaram o quociente eleitoral e que não teriam mais que montar chapas com outros partidos.

Seus partidos poderiam utilizar os fundos partidário e de campanha para seus próprios candidatos. Afinal 2/3 das bancadas estaduais são coleções de partidos com no máximo dois representantes. O ordenamento de preferências para esse grupo é D SQ C, embora para vários deputados as coligações são preferidas à regra atual (C SQ).

Embora se beneficie da retórica antipartido, o distritão está envolto em muita incerteza, o que acaba gerando resistência. Ademais, para partidos com bancadas maiores (exemplo de PT, PL, PP), cria problemas severíssimos de coordenação: muito voto e poucas cadeiras. Mas os deputados preferiram uma reforma com resultados previsíveis e custo maior a uma alternativa incerta (o distritão), em contextos de turbulência institucional.

O status quo parece ser a segunda preferência de muitos parlamentares com votação expressiva os quais podem sobreviver disputando as sobras mesmo não logrando superar o quociente eleitoral. Muitos neste grupo preferem esta opção à alternativa de coligar-se, embora a incerteza aqui também seja alta. O grupo que prevalecer na escolha dos senadores definirá o resultado, que serão mais sensíveis às demandas coletivas. O quórum de 3/5 é obstáculo real. Mas não temos como estimar o tamanho relativo desses grupos.

A regra vigente e o distritão são rejeitados pelos partidos nanicos e alguns pequenos que não teriam como lograr representação sem coligações nem como superar a cláusula de barreira mais elevada para 2022 (2% do eleitorado), que não é objeto de mudanças, e é crítica para este grupo. A rigor, eles poderão ser os perdedores, e não os vencedores da reforma.

O terceiro erro é acreditar que caso as coligações sejam aprovadas voltaremos ao status quo pré-reforma: a persistência da cláusula terá impacto decisivo no sistema partidário, reduzindo a fragmentação. E ela não foi objeto de mudança.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49646>